

# Economia Social e Pública

LUCCA SIMEONI PAVAN  
(Organizador)



 **Atena**  
Editora  
Ano 2018

Lucca Simeoni Pavan  
(Organizador)

# **Economia Social e Pública**

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

### **Conselho Editorial**

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E19 Economia social e pública [recurso eletrônico] / Organizador Lucca Simeoni Pavan. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-85107-27-7  
DOI 10.22533/at.ed.277180409

1. Cooperativismo – Brasil. 2. Economia social. I. Pavan, Lucca Simeoni.

CDD 334.0944

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

E-mail: [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O estudo da economia tem como foco principal estudar as relações de eficiência da escolhas dos agentes. Este ramo da ciência trata da obtenção da melhor escolha por parte dos agentes econômicos dada as restrições que eles enfrentam. Em sua grande maioria, os estudos econômicos e, por sua vez, as decisões de políticas consequentes destes estudos, falham quando não levam em conta os impactos sociais de tais escolhas econômicas e como tais políticas transbordam para outros segmentos da sociedade que não foram vislumbrados no momento de formulação e aplicação de determinada política.

Estudos econômicos que coloquem ao centro questões sociais e públicas no conjunto de fatores influenciados por políticas e decisões econômicas são de fundamental importância na construção de uma sociedade próspera, justa e organizada. Por este fato, este livro compila excelentes estudos que abordam questões sociais e questões públicas conjuntamente com o ferramental propiciada pela ciência econômica. A ênfase principal dos artigos é tratar especificamente da economia solidária, e quais suas aplicação e interpretações de fenômenos econômicos esta metodologia proporciona e quais são suas contribuições para a interpretação das relações econômicas e sociais.

Nesta coletânea os estudos abordam as mais diferentes regiões do Brasil, tratando de questões regionais e da desigualdade econômica existente em nosso país. A localização é um fator destacado dentre os trabalhos contidos aqui. Por meio da Economia Solidária, estudou-se tanto a região urbana quanto a região rural, mostrando que a utilização da teoria da economia Solidária pode incorporar diversos aspectos da organização territorial. Outro aspecto relevante estudado são as questões econômicas e jurídicas referentes ao mercado de trabalho, que foram abordadas por meio das teorias Econômicas voltadas para as questões sociais e de interesse público.

Por fim, esta coletânea vem contribuir imensamente com o estudo da Economia Social e Pública, principalmente ao que se refere à questões de Economia Solidária e Arranjos ou Associações Produtivas. Sem dúvida o leitor terá em mãos excelentes referências para identificar temas de estudo, referências para pesquisas e autores identificados com o tema.

Lucca Simeoni Pavan  
Doutorando em economia pelo PPGDE/UFPR

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
SENTIDOS DO TRABALHO: UMA PERSPECTIVA DE TRABALHADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	
Gabriela Comissario Santos Susana Iglesias Webering	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>22</b>
EMPREENDEDORISMO SOCIAL: INTEGRANDO SOCIEDADE E ACADEMIA	
Roberto André Polezi Eduardo Avancci Dionisio	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>36</b>
TRAJETÓRIA DA COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE OSTRAS DE CANANÉIA: TRADUÇÕES E RESILIÊNCIA	
Ingrid Cabral Machado Newton José Rodrigues da Silva	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>64</b>
O PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	
Elenize Freitas Avelino Roberta Monique da Silva Santos	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>70</b>
CENTRAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DE NATAL - RN NA PERCEPÇÃO DOS BENEFICIADOS: UM ESPAÇO DE INCLUSÃO FAMILIAR, SOLIDARIEDADE E SUSTENTABILIDADE?	
Rivânia Maria Pinto Rodrigues Gonzalez Canejo Erika Araújo da Cunha Pegado	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>79</b>
ASSOCIAÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS ORGÂNICOS DE BOA VISTA – RR (HORTIVIDA): PLANTANDO E COLHENDO SOB A ÉTICA DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA.	
Dayana Machado Rocha Cleane da Silva Nascimento Márcia Teixeira Falcão Emerson Clayton Arantes	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>92</b>
MODELO TEÓRICO DE ORGANIZAÇÃO PARA A PRODUÇÃO COLETIVA DE ARTESANATO: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES ARTESÃS DA ÁREA RURAL DE MONGAGUÁ/SP <sup>1</sup>	
Newton José Rodrigues da Silva Marisa Vicente Catta-Preta Thais Maria Muraro Silva Mariany Martinez dos Santos	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>124</b>
LAVANDERIA 8 DE MARÇO, SANTOS/SP: UMA EXPERIÊNCIA DE VALORIZAÇÃO DE MULHERES	
Márcia Silveira Farah Reis Newton José Rodrigues da Silva	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>159</b>
ECONOMIA SOCIAL SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA A GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS LOCAIS DA COMUNIDADE RIBEIRINHA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, MANAUS, AMAZONAS	
Duarcides Ferreira Mariosa Luciana Melo Felix da Silva	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>168</b>
ANÁLISE DOS ASPECTOS JURÍDICOS, LEGAIS E TRIBUTÁRIOS DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	
Arlete Cândido Monteiro Vieira Roney Rezende Rangel	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>186</b>
QUADRO TEÓRICO DE APOIO À ATUAÇÃO DE EXTENSIONISTAS PARA O FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	
Newton José Rodrigues da Silva Abelardo Gonçalves Pinto Edna Ferreira Maddarena Lopez Olivier Mikolasek	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>222</b>

## ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA A GESTÃO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS LOCAIS DA COMUNIDADE RIBEIRINHA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, MANAUS, AMAZONAS

### **Duarcides Ferreira Mariosa**

Cientista Social, Doutor em Sociologia, Docente da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-Campinas, Pesquisador do Grupo de Pesquisas Biotupé / INPA, duarcides@gmail.com

### **Luciana Melo Felix da Silva**

Administradora, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, fellix.luciana@gmail.com

### **INTRODUÇÃO**

As Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS foram instituídas pelo artigo 20 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), definindo-as como uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência destas assenta-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, estabelecidas ao longo de gerações e ajustadas às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica (BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000).

Em áreas ambientalmente protegidas, entretanto, os aportes conceituais do livre comércio e das estratégias competitivas típicas

do mercado capitalista não podem ser aplicados integralmente, se levadas em consideração a sustentabilidade socioeconômica e a qualidade de vida das populações locais. Situada em área periurbana do município de Manaus, Amazonas, a comunidade Nossa Senhora do Livramento, ou apenas Livramento, é um exemplo típico dessa contradição. Integrada à Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (RDS do TUPÉ), o estatuto legal que organiza, delibera e autoriza as práticas produtivas que se desenvolvem em seu interior impõe limites às atividades econômicas, especialmente aquelas que impactam negativamente na preservação ambiental, deixando pouco espaço para o desenvolvimento territorial local (SEMMAS, 2017).

Considerando que numa abordagem multicausal, ecológica e socialmente complexa, a qualidade de vida de um indivíduo não depende exclusivamente de fatores biológicos, mas igualmente das condições econômicas, sociais, ambientais, culturais e científicas específicas, como a democratização do acesso aos serviços de saúde, educação, saneamento, moradia, alimentos e a ampliação do mercado de trabalho dos grupos aos quais se acha vinculado, o que inclui a sustentabilidade dos programas de geração de trabalho e renda. Disto



conclui-se que, sob a perspectiva grupal, a fixação de um contingente populacional num espaço qualquer passa, necessariamente, pela satisfação das expectativas de vida individuais, amparadas principalmente nas possibilidades econômicas, de trabalho, renda e ocupação disponíveis.

Neste contexto verifica-se que se as condições socioambientais não estão presentes em qualidade ou quantidade suficientes para atender aos que habitam numa determinada localidade, contingentes expressivos desta população tendem a migrar em busca de melhores oportunidades em outros espaços e territórios. Ressalvando-se as hipóteses de conflito bélico, catástrofes naturais e perseguição política, é a existência ou não de programas voltados à fixação da população local, como os de geração de renda e os que promovam avanços nos diferentes contextos sociais, os que interferem na maior ou menor propensão dos indivíduos em deixar suas respectivas unidades de residência.

Além dos distintos aspectos vitais relevantes, para Paul Singer (2002, p. 13) “uma outra” economia é possível. Fundamentada na solidariedade e não na competição entre os agentes econômicos, “o modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre capitalismo e pequena produção de mercadorias. Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos”. Em oposição ao individualismo reinante nas práticas capitalistas tradicionais, na economia social e solidária, a presença dos comunitários é fundamental para a construção de uma participação democrática, com envolvimento ativo das populações locais no planejamento, no processo de tomada de decisões e na gestão das estratégias que vão interferir diretamente no cotidiano e nas condições de vida das mesmas. Da heteronomia para a autonomia, e complementar ao pensamento de Singer, Enrique Leff (2009) salienta ainda que é através da autogestão que as populações locais exercem um papel imprescindível para a transformação de seu meio em busca de outro tipo de desenvolvimento, mais ecologicamente sustentável.

Pode-se definir a autogestão como o “conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um ‘coletivo.’” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20). Com o modelo hegemônico atualmente imperante na produção e consumo, a solidariedade e a democracia não encontram espaço para que possam ser vivenciadas, pois desde crianças somos ensinados a trabalhar para um superior e dele receber ordens e obedecer e, desse modo, a prática autogestionária acaba por ser pouco estimulada (SINGER, 2002, p. 21).

A Economia Solidária apresenta-se, nestes termos, como estratégia de desenvolvimento local. Ao privilegiar a construção democrática de práticas capazes de estimular novos padrões de relação produtiva, consegue estabelecer elementos imprescindíveis para alcançar padrões aceitáveis de sustentabilidade social e ambiental. Vale ressaltar, entretanto, que para a implementação do modelo nas comunidades, é necessário despertar o interesse dos atores sociais em participar dos processos que o conformam, implicando em revisão de padrões de comportamento



e visões de mundo egoísticas. Pois ao contrário da lógica individualista, baseado quase que exclusivamente na satisfação dos próprios interesses, a proposta deste outro modelo leva em consideração uma economia que preconiza o desenvolvimento sustentável e comunitário e não apenas o crescimento econômico individual, estimulando o desenvolvimento, a cidadania participativa, os valores éticos, a solidariedade e o exercício da autogestão.

Saliente-se que a Economia solidária, ainda que apresente vantagens em relação ao capitalismo no que tange à sustentabilidade e desenvolvimento local, necessita de investimentos públicos e apoio dos mais diversos setores da sociedade, para que possa de fato ser um modelo justo e democrático. Como também são imprescindíveis, além do pressuposto da cooperação solidária, os mecanismos básicos de gestão de empreendimentos econômicos, como aqueles vinculados às áreas de finanças, mercadológica e organizacional.

Diante dos elementos expostos, o texto tem como objetivo explorar a possibilidade de implementação de alternativas de renda e de trabalho para comunitários situados em áreas de proteção ambiental, mediante a aplicação de instrumentos de análise construídos a partir dos aportes teóricos conceituais propostos pela Economia Social e Solidária. Avaliando-se essa contribuição a partir de medidas de percepção acerca dos empreendimentos econômicos locais que operam na Comunidade Nossa Senhora do Livramento, propondo indicadores para sua gestão sustentável.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA A AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO DA VULNERABILIDADE DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS LOCAIS**

Utilizando técnicas qualitativas e quantitativas para sua construção, trata-se o presente artigo de um estudo exploratório, de natureza analítico-descritiva e observacional, baseado em pesquisa de campo com coleta de dados originais de empreendedores da Comunidade do Livramento, mediante aplicação de questionários abertos, construção de escalas de vulnerabilidade com grupo focal e análise comparativa dos dados.

A comunidade Nossa Senhora do Livramento (FIGURA 1) está localizada no Estado do Amazonas, na zona rural do município de Manaus, no interior da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (RDS do TUPÉ). Constituída pelas Julião, Agrovila, Tatulândia, Central, Nossa Senhora do Livramento e São João do Tupé, a RDS do Tupé foi oficialmente criada pelo Decreto nº. 8.044/2005, possui 11.973 hectares e localiza-se a Oeste de Manaus, na margem esquerda do rio Negro, localizada a menos de 25 quilômetros do centro urbano de Manaus (MARIOSIA et al., 2014).



**Figura 1** - Mapa com a localização das Comunidades integrantes da RDS do Tupé, Manaus, AM. Elaborado por Duarcides Ferreira Mariosa, 2018.

Fundada em 5 de agosto de 1973, Livramento foi a primeira comunidade instalada na região do Tupé. Está situada à margem esquerda do baixo Rio Negro, no igarapé do Tarumã-Mirim da foz com o rio Negro na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (RDS- TUPÉ). Margem a margem, a distância de Manaus é de aproximadamente 7 km, e o acesso se dá somente por via fluvial. A comunidade é composta por cerca de 300 famílias, correspondendo a uma densidade demográfica de 8,09 hab/km<sup>2</sup>, em sua maioria constituída por pessoas naturais do Estado do Amazonas, oriundas de cidades, aldeias e vilas localizadas no interior do estado. Duas associações estão organizadas e presentes na comunidade: a Associação dos Moradores da Comunidade Nossa Senhora do Livramento e a Associação Indígena da Comunidade Livramento.

Os sujeitos da pesquisa foram os 15 empreendimentos econômicos estabelecidos na comunidade. O plano amostral foi delineado a partir da contribuição e participação daqueles que no perímetro central do Livramento executam algum tipo de atividade geradora de renda e trabalho, independentemente de sua situação formal ou não e da natureza econômica da atividade.

A coleta de dados foi concretizada, durante o mês de julho de 2017, por equipes multidisciplinares constituídas de alunos de pós-graduação, mestrado acadêmico e doutorado. Antes da ida a campo as equipes foram orientadas sobre as atividades, seus objetivos, de como fazer a seleção dos informantes, formas das entrevistas e preenchimento dos formulários. O roteiro das entrevistas foi organizado a partir de questões abertas que procuravam coletar informações sobre as características gerais de cada empreendimento em suas variáveis mercadológica, financeira, organizacional e de estratégia de redes de cooperação, utilizando-se como referencial para as questões o constante do Quadro 1.

Nas entrevistas, registradas em áudio e vídeo, aplicou-se o formulário aos titulares e/ou representantes de 15 Empreendimentos Econômicos que, previamente

convidados, se dispuseram a colaborar com a pesquisa, fornecendo as informações solicitadas, após a leitura, concordância e assinatura de Termos Individuais de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para a montagem das tabelas com a percepção em escala LIKERT da vulnerabilidade dos empreendimentos econômicos locais optou-se pela técnica do “Grupo Focal”, em que a avaliação é conduzida por especialistas que, para obtenção de consenso sobre as medidas escalares de cada questão ou variável, dialoga em grupo de entrevistadores com os representantes de cada empreendimento, a partir do conteúdo previamente definido para as entrevistas e observações realizadas, como constante no Quadro 1. A cada questão constante do formulário foi atribuída pelos integrantes da equipe uma nota de 01 (discordo fortemente) a 10 (concordo fortemente), e que, multiplicada pelo número de ocorrências encontradas, permitiu avaliar a vulnerabilidade geral dos empreendimentos estudados na Comunidade do Livramento.

Item	Dimensão	Questão	Percepção do Desempenho
1	<b>MERCADO:</b> conhecimento da área de atuação do empreendimento e das principais características e necessidades dos clientes	Q1	Capacidade de Satisfazer Clientes
2		Q2	Pesquisa Demandas dos Clientes
3		Q3	Conhece Crescimento Mercado Local
4		Q4	Tem Conhecimento dos Concorrentes
5		Q5	Mantem Precos Atualizados
6		Q6	Força de Vendas Motivada
7		Q7	Planeja Atividades de Marketing
8	<b>FINANÇAS:</b> organização e controle financeiro do empreendimento	Q8	Tem Retiradas Satisfatorias
9		Q9	Elabora Orcamento Anual
10		Q10	Uso Eficiente do Orcamento de Caixa
11		Q11	Controle Rigoroso das Contas
12		Q12	Posição Financeira Atual
13		Q13	Demonstrativos de Resultados Adequados
14		Q14	Sistema de Custos Eficiente
15		Q15	Precos Coerentes e Competitivos
16	<b>ORGANIZAÇÃO:</b> estrutura organizacional, operacional e administrativa do empreendimento	Q16	Eficiencia e Produtividade do Empreendimento
17		Q17	Estrutura Organizacional Adequada e Produtiva
18		Q18	Distribuição de Responsabilidade Equilibrada
19		Q19	Cooperação e Coordenação Entre os Segmentos
20		Q20	Instrumentos e Condições Materiais Adequados
21		Q21	O Empreendimento é Organizado
22		Q22	Rotatividade de Membros
23	<b>COOPERAÇÃO:</b> participação e/ou envolvimento dos membros do empreendimento em atividades cooperativas e de atuação em redes colaborativas	Q23	Atua na Forma de Rede
24		Q24	Financiamento por Cooperativas de Credito
25		Q25	Participação em Eventos de EES
26		Q26	Atualização Constante do Plano de Negocios
27		Q27	Participação Ativa em Rede de EES
28		Q28	Participação em Atividades de Formação
29		Q29	Perspectiva de Crescimento Futuro
30		Q30	Participação Política Local

(1) Discordo Fortemente (10) Concordo Fortemente

Quadro 1- escala de percepção da vulnerabilidade dos empreendimentos locais, modelo adaptado segundo a metodologia servqual

A análise e interpretação dos resultados foi feita segundo a metodologia

SERVQUAL (PARASURAMAN; ZEITHAML; BERRY, 1988) e utilizada para montar a escala de vulnerabilidade dos empreendimentos. Na interpretação dos dados, seguiu-se o modelo ecológico, procurando por evidências de associação entre variáveis demográficas, ambientais, sociais e econômicas observadas diretamente ou evidenciada através da análise de conteúdo das entrevistas (LIMA-COSTA; BARRETO, 2003).

## A ESCALA DE VULNERABILIDADE DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS LOCAIS DA COMUNIDADE DO LIVRAMENTO

Utilizando-se recursos da estatística descritiva, os resultados obtidos na aplicação do formulário com as questões constantes no Quadro 1 foram sintetizados, tabulados e comparados as médias obtidas para o conjunto dos empreendimentos e para as diferentes categorias de percepção, o que originou os valores descritos na Tabela 1.

UNIDADE	PARÂMETROS ESTATÍSTICOS	MERCADO								
		Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	MÉDIA	
LIVRAMENTO	N	13	14	15	15	15	8	15	13,57	
	Média	6	4,29	5,07	5,07	5,13	4,13	2,33	4,57	
	Desvio Padrão	1,732	2,367	2,154	1,944	1,885	2,588	1,952	2,09	
UNIDADE	PARÂMETROS ESTATÍSTICOS	FINANÇAS								
		Q8	Q9	Q10	Q11	Q12	Q13	Q14	Q15	MÉDIA
LIVRAMENTO	N	13	14	12	15	15	9	9	13	12,50
	Média	3,38	2,5	4,5	4,93	4,47	4,33	2,56	6	4,08
	Desvio Padrão	1,502	1,698	2,153	2,658	2,295	2,398	2,744	1,414	2,11
UNIDADE	PARÂMETROS ESTATÍSTICOS	ORGANIZAÇÃO								
		Q16	Q17	Q18	Q19	Q20	Q21	Q22	MÉDIA	
LIVRAMENTO	N	15	9	8	5	13	15	8	10,43	
	Média	4,4	4,78	5,63	3,6	4,54	4,47	5,63	4,72	
	Desvio Padrão	2,063	2,108	2,134	2,608	1,898	2,134	4,104	2,44	
UNIDADE	PARÂMETROS ESTATÍSTICOS	COOPERAÇÃO								
		Q23	Q24	Q25	Q26	Q27	Q28	Q29	Q30	MÉDIA
LIVRAMENTO	N	15	3	8	15	15	12	15	14	12,13
	Média	2,93	4,67	1,5	2,47	1,6	2,17	6,33	3,57	3,16
	Desvio Padrão	2,314	0,577	1,414	2,2	1,844	2,167	1,589	3,031	1,89
LIVRAMENTO	CATEGORIA	MERCADO	FINANÇAS	ORGANIZAÇÃO	COOPERAÇÃO	TOTAL				
	N	13,57	12,5	10,43	12,13	12,16				
	Média	4,57	4,08	4,72	3,16	4,13				
	Desvio Padrão	2,09	2,11	2,44	1,89	2,13				

**Tabela 1-** Escala de percepção da vulnerabilidade aplicada aos empreendimentos locais da comunidade livramento, rds do tupé, manaus, AM.

Como resultado da avaliação realizada, em relação às finanças, o índice de apenas 40,8% do total desejável e/ou percebido como satisfatório, aponta para uma fragilidade bem consistente e preocupante dos empreendimentos, pois que originada em aspectos como baixa demanda de consumidores, reduzido capital de investimento,

ausência de registro contábil, subutilização de mão de obra e relações de trabalho precárias e das dificuldades em estabelecer padrões de preço compatíveis com o custo de compra ou produção.

Entraves operacionais de organização (47,2%) e quanto ao potencial de mercado (45,7%) reforçam a situação de vulnerabilidade encontrada. Os entrevistados mostraram-se limitados em termos de conhecimento da área de atuação de seus empreendimentos, baixa capacidade de satisfação dos clientes, desconhecimento e/ou falta absoluta de estudos e pesquisas de demanda e crescimento de mercado, assim como uma baixa capacidade de planejamento de marketing, estabelecimento de preços e força de venda.

Diante de questões que remetem à participação e/ou envolvimento dos membros do empreendimento em atividades cooperativas e de atuação em redes colaborativas, o índice de 31,6% alcançado indica que o individualismo, enquanto um tipo de comportamento no mundo econômico, se opõe aos pressupostos da solidariedade. Ainda que os laços de parentesco e o vínculo territorial operem para reforçar o sentido de pertencimento e de integração comunitária, isto não se mostrou suficiente para uma mudança paradigmática e economicamente sustentável no sentido de organizar o conjunto das atividades produtivas na comunidade do Livramento.

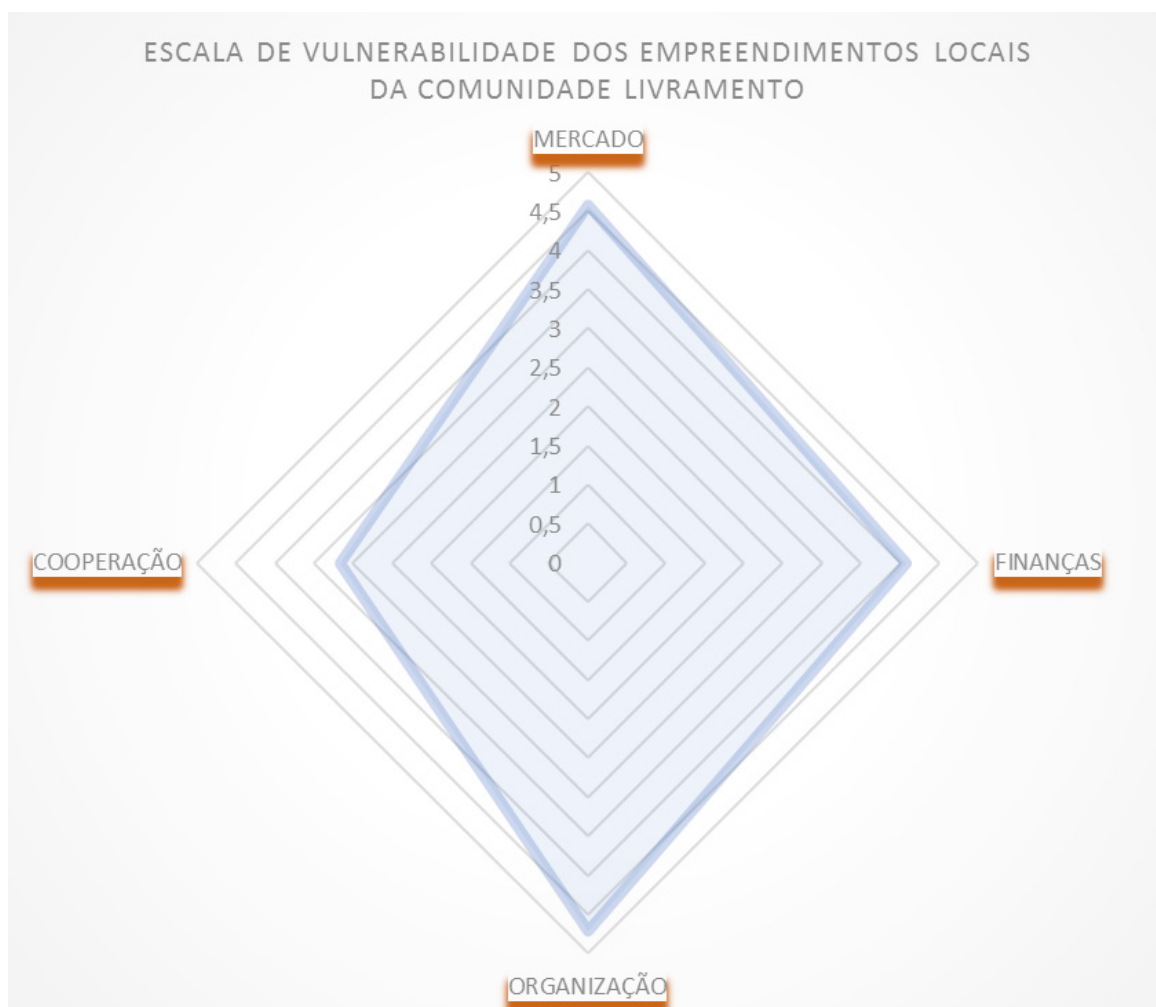


Figura 2 - Gráfico comparativo entre os componentes da escala de vulnerabilidade dos



Os resultados numéricos obtidos na Tabela 1 estão também dispostos visualmente na Figura 2, onde é possível avaliar com maior acuidade e precisão dentre os principais desafios enfrentados pelos empreendedores econômicos entrevistados, atuar de forma colaborativa é o principal deles.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As características que diferem os empreendimentos econômicos situados na comunidade do Livramento, e que participaram da pesquisa, variam desde a natureza da atividade até as características sociodemográficas de seus integrantes. Porém, percebeu-se que, em geral, há uma situação de estagnação e mesmo de declínio econômico, pois mesmo que o empreendimento se mantenha em operação interinamente, de acordo com as demandas dos visitantes e frequentadores esporádicos, a baixa renda circulante, os limites impostos pela legislação às atividades econômicas e a falta de cooperação solidária entre os agentes impedem um maior dinamismo. Resta como atrativo apenas demandas localizadas ou de apelo simbólico, como a produção de farinha de mandioca, produção de artesanato e a coleta de frutas e castanhas, insuficientes para gerar expectativas de aumento de renda aos empreendedores.

Como a população não dispõe de setores produtivos de natureza industrial, as atividades desenvolvidas na comunidade são basicamente aquelas voltadas à subsistência, de baixíssimo valor de capital investido e organizado de forma familiar, tais como os roçados, avicultura, fruticultura, artesanato, manipulação de fitoterápicos, fabricação de doces e geleias, apicultura etc., além do comércio em pequenos bares, mercadinhos e restaurantes. Esta configuração econômica mostrou-se impedida de oferecer melhores perspectivas aos moradores locais, com graves consequências que poderá advir para o ambiente e para as relações comunitárias.

Para reverter o quadro encontrado, sugere-se que as premissas conceituais e o histórico construído em diversas situações práticas pela Economia Social e Solidária sejam aplicadas aos empreendimentos econômicos locais da Comunidade do Livramento. Fundado não na exploração individualizada, mas na socialização dos bens e do trabalho, quando possível, ou na cooperação, quando necessária, esse aporte conceitual opera para romper com os limites da competição predatória que a busca pelo lucro a qualquer custo impõe à conservação da biodiversidade e à qualidade de vida em áreas protegidas. A auto-organização e a gestão participativa constituem os pilares da produção neste espírito empreendedor comunitários. Tais valores privilegiam a relação sociedade e ambiente, especialmente entre aqueles mais vulneráveis, e permite que os empreendimentos econômicos locais possam almejar um futuro dinâmico e sustentável.

Diante disso, os resultados alcançados sugerem que a organização dos comunitários é capital para a construção de uma participação democrática, com envolvimento ativo das populações locais no planejamento, no processo de tomada de decisões e na gestão das estratégias de desenvolvimento local. Considera-se, portanto, como fundamental para o processo de organização emancipatória daquela população a presença de profissionais, pesquisadores e agentes públicos com sólida formação e experiência em empreendimentos econômicos sociais e solidários para auxiliar nessa tarefa.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P. P. DE. Autogestão. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, p. 20–26, 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza – SNUC. 19 jul. 2000, Sec. Brasília - DF.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil: Editora Vozes, 2009.

LIMA-COSTA, M. F.; BARRETO, S. M. Tipos de estudos epidemiológicos: conceitos básicos e aplicações na área do envelhecimento. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 12, n. 4, dez. 2003.

MARIOSIA, D. F. et al. **Ribeirinhos do Rio Negro: um estudo da qualidade socioambiental**. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2014.

PARASURAMAN, A.; ZEITHAML, V. A.; BERRY, L. L. Servqual: A Multiple-Item Scale For Measuring Consumer Perc. **Journal of Retailing**, v. 64, n. 1, p. 12, 1988.

SEMMAS – Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, Amazonas** – Volume II. 2017. Disponível em: [http://semmas.manaus.am.gov.br/wpcontent/uploads/2017/03/Plano-de-Gestão-da-RDS-do-Tupé\\_Volume-II.pdf](http://semmas.manaus.am.gov.br/wpcontent/uploads/2017/03/Plano-de-Gestão-da-RDS-do-Tupé_Volume-II.pdf).

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo (SP): Fundação Perseu Abramo, 2002.



Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-85107-27-7

